

CULTURA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS NO CONTEXTO DOS SISTEMAS DE CULTURA

Simone Amorim¹

RESUMO: O artigo analisa aspectos da realização das Conferências de Cultura em 2013, por ocasião da realização da III Conferência Nacional de Cultura, tendo como ponto central a reflexão sobre o papel da participação social na formulação das políticas públicas de cultura no Brasil, em especial a consolidação do Sistema Nacional de Cultura. Ao relatar o processo de realização das conferências no contexto do estado do Rio de Janeiro, busca refletir sobre os desafios de consolidação de uma agenda de participação social permanente no campo da cultura, principalmente considerando a estrutura política brasileira, caracterizada pelo autoritarismo e pela descontinuidade nos ciclos das políticas públicas. Problematiza por fim, o modelo das conferências de políticas na estratégia de participação social incentivada pelo governo federal.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Culturais, Conferências, Participação Social.

Introdução

Ao longo do ano de 2013, como decorrência da convocatória para a III Conferência Nacional de Cultura (III CNC) pelo Ministério da Cultura, estados e municípios de todo o país se organizaram para realizar conferências locais, nas etapas prévias à III CNC. Conforme dados divulgados pelo Ministério da Cultura², foram cerca de 450 mil pessoas envolvidas nessas etapas em todo o Brasil.

Essa foi a terceira conferência realizada nacionalmente, convocada pelo governo federal, com o objetivo de discutir, avaliar e firmar compromissos com a população sobre as políticas culturais em andamento. As etapas prévias à conferência nacional consistiram na realização de conferências estaduais, municipais, livres e virtual. Os números da III CNC apresentam um gradual aumento no quantitativo de pessoas envolvidas nessas etapas prévias ao longo desses últimos oito anos – considerando que data de 2005 a primeira conferência nacional de cultura realizada no Brasil. Ainda que a experiência de realização de conferências de políticas, em outras áreas, remonte à década de 1940.

Acompanhar todo o ciclo nas etapas municipais, estadual e nacional, permite observar que ainda são enormes os desafios de amadurecimento no processo de realização de

¹ Doutoranda em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ) e Coordenadora Técnica do Plano Estadual de Cultura do RJ (SEC-RJ), xsimoneamorimx@gmail.com

² Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/0/revistaatualizada/db4b3aad-eb3-4ac5-8410-9ea9db367aa03>, acessado em 07/02/2014.

conferências, a partir da dinâmica que ora se consolida no campo da cultura no Brasil. O que definitivamente não significa descartar esse instrumento como uma importante estratégia ao propósito de ampliar a interlocução do cidadão comum com as estruturas governamentais, especialmente no campo da cultura.

Notadamente, em um ano marcado pela forte presença de parcelas da população (especialmente das metrópoles urbanas) nas ruas, mobilizada em lutas e protestos contra uma situação de descaso e ineficiência da gestão pública no que se refere à prestação de serviços essenciais ao cidadão (no caso, a mobilidade urbana) e sua sobrevivência no espaço da cidade, julga-se bastante relevante o empreendimento de uma reflexão sobre a validade de alguns instrumentos na consolidação de canais de diálogo e interlocução política.

Contra várias esferas de governo, principalmente diante dos problemas de infraestrutura urbana e social, percebeu-se em 2013 um profundo descontentamento com decisões tomadas à revelia da vontade da maioria da população, e não apenas em relação à mobilidade urbana, mas igualmente fazendo emergir outras demandas e descontentamentos. De forma que discutir a construção de meios que possibilitem avançar no processo de ampliação do espaço de deliberação pública, além de importante para o avanço do campo cultural, pode se apresentar bastante oportuno no momento atual brasileiro.

O Sistema Nacional de Cultura, assim como os sistemas estaduais e municipais encontram-se em uma fase crucial de implementação dos instrumentos de gestão e instâncias políticas participativas. Passada a fase inicial de adesão dos entes federativos ao Sistema Nacional, um acúmulo de reflexões e práticas em torno dos conflitos e da viabilidade dessa forma de gerir as políticas culturais já pode ser observado e faz todo sentido que seja analisado e discutido.

São inúmeras as experiências em todo o país que já permitem uma avaliação, não de sua efetividade enquanto política pública, dado que é recente a sua estruturação, mas da viabilidade de sua arquitetura, no tocante à institucionalização de Fundos, Conselhos, Conferências, Planos decenais etc. Com foco nas Conferências, especialmente aquelas realizadas em 2013, este texto se pretende uma contribuição para que o debate se aprofunde, tendo em vista que muito sinteticamente apresenta algumas reflexões introdutórias.

As conferências de cultura e o Sistema Nacional de Cultura

A primeira Conferência Nacional de Cultura foi realizada em dezembro de 2005, na capital Brasília, tendo como tema central “*Estado e sociedade construindo as políticas públicas de cultura*”. Sob o comando do então ministro Gilberto Gil, era a primeira vez que uma conferência de cultura era realizada no país³. Estreava aí a experiência conferencial no campo da cultura, no Brasil. Foram 1.276⁴ participantes da plenária nacional, intitulados delegados nacionais, dentre os quais 50% eram representantes da sociedade civil, 17% do poder público e 33% de convidados.

As etapas prévias a I CNC aconteceram em 1.158 municípios, de 19 estados e também do Distrito Federal e mobilizaram cerca de sessenta mil pessoas (53.507 nas 438 conferências municipais e intermunicipais e outras 7.095 nas estaduais e do DF). Um resultado concreto dessa primeira mobilização nacional pela ampliação da participação nas políticas públicas de cultura, veio dois anos depois (dezembro de 2007) com a criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), representativo de vários setores culturais e da sociedade.

A II CNC, ocorrida em dezembro de 2010, teve a plenária nacional composta por um total de 1.400⁵ participantes, sendo 64% delegados (20% governamentais, 32% sociedade civil e 12% natos, i.e., Conselheiros de Cultura Estaduais e Nacionais representando o poder público e a sociedade civil) e 36% convidados, entre palestrantes e observadores em geral. As etapas prévias da II CNC aconteceram em todos os estados brasileiros e no DF e em quase 60% dos municípios (3.216), mobilizando, conforme dados do MinC, duzentas mil pessoas – um aumento de mais de 300% em relação a I CNC. Com o tema “*Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento*” e sob a coordenação do Ministro Juca Ferreira, aprovou 32 diretrizes prioritárias em sua plenária final.

³ Em âmbito nacional, isto porque existem registros de conferências municipais realizadas anteriormente a essa primeira conferência nacional de 2005.

⁴ Os resultados da I Conferência Nacional de Cultura encontram-se disponíveis em : http://www.cultura.gov.br/busca?p_p_auth=azb5ktCM&p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=74729&_101_type=content&_101_groupId=10877&_101_urlTitle=relatorio-da-1%C2%AA-cnc&redirect=http%3A%2F%2Fwww.cultura.gov.br%2Fbusca%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_groupId%3D0%26_3_keywords%3Dresultados%2B1%25C2%25AA%2520CNC%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch%26_3_redirect%3D%252Fbusca%26_3_y%3D10%26_3_x%3D2, acessado em 07/02/2014.

⁵ Dados da II CNC encontram-se disponíveis em: <http://www.youblisher.com/p/119284-Conferindo-os-Conformes/>, acessado em 18/02/2014.

As discussões sobre o Plano e o Sistema Nacional de Cultura já estavam, de certa forma acontecendo desde os seminários “*Cultura para Todos*”, realizados pelo Ministério da Cultura em Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Cuiabá, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Belém e Salvador, em 2003, como um primeiro esforço de aproximação entre poder público e sociedade civil no campo das políticas públicas de cultura. Mas foi apenas na II CNC que a pressão pela institucionalização (votação e aprovação dos marcos legais) dessas políticas, debatidas sob a forma de eixos temáticos também durante a I CNC, foi proposta de forma mais contundente pelos delegados. Depois da Conferência de 2010 foram aprovadas a Lei 12.343/2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura e a Emenda Constitucional 71/2012 ao Artigo 216-A, que formaliza o Sistema Nacional de Cultura.

A III Conferência Nacional de Cultura, recém-realizada em novembro de 2013, em Brasília, teve como tema “*Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura*” e acontece já sob a gestão da Ministra Martha Suplicy, no cargo desde setembro de 2012. Contou com uma plenária de 1.745 pessoas, sendo 953 delegados (2/3 representando a sociedade civil e 1/3 o poder público, eleitos nas etapas municipais e estaduais, que mobilizaram quase meio milhão de pessoas segundo dados do MinC), 391 observadores e 401 convidados e demais profissionais (palestrantes, monitores, facilitadores etc.).

A III CNC foi precedida ainda por uma conferência virtual, que funcionou como um fórum prévio à plenária presencial, debatendo os eixos e sub-eixos que seriam objetos de discussão em Brasília, com um grupo conectado via internet, demonstrando pela primeira vez, a potência do espaço virtual em ampliar esse debate exponencialmente nas próximas edições.

O tema central da Conferência, desdobrado em eixos e sub-eixos debatidos pelos delegados na plenária final em Brasília, representa um avanço gradual na institucionalização de um modelo de gestão e planejamento participativos, tornado realidade na proposta de consolidação do Sistema Nacional de Cultura. Isto é, num momento em que 100% dos estados da federação já aderiram ao SNC, o MinC propõe como foco dessa conferência, o debate sobre as prioridades para que o Sistema se torne realidade localmente nas instâncias sub-nacionais.

A plenária final da III CNC aprovou 64 propostas, sendo 20 apontadas como prioritárias para a gestão da cultura no próximo período. Dentre as prioridades, a ênfase recaiu

sobre a urgência da aprovação da PEC 150, o projeto de emenda constitucional que prevê o repasse anual de 2% do orçamento federal, 1,5% do orçamento dos estados e do Distrito Federal e 1% do orçamento dos municípios, de receitas resultantes de impostos, para a área cultural; e a demanda de que 10% dos recursos oriundos do fundo social do Pré-sal sejam destinados à cultura, entre outras.

As conferências de 2013 no contexto fluminense

O estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, na gestão da Secretária Adriana Rattes, realizou em setembro de 2013 a III Conferência Estadual de Cultura do RJ (III CEC), em que, observando o Regimento Interno da Conferência Nacional, debateu com delegados municipais os quatro eixos temáticos propostos pelo MinC, tendo como referência o mesmo tema central da Conferência nacional: os desafios do Sistema Nacional de Cultura. Elegeram então 100 propostas prioritárias que foram encaminhadas à IIICNC, em Brasília. Estima-se que tenham acompanhado as atividades da IIICEC cerca de 700 pessoas por dia, sendo 463 delegados eleitos nas etapas municipais e demais presentes credenciados como observadores em geral.

Foram realizadas em todo o estado, nas etapas prévias à Conferência Estadual, 64 Conferências Municipais, além de uma Intermunicipal que envolveu 10 municípios de menor porte da região noroeste do estado, foram 76 cidades e mais de 9 mil pessoas envolvidas nessas etapas prévias. As etapas municipais fluminenses elegeram o total de 463 delegados para a etapa estadual, sendo que desses, 46 foram eleitos para representar o estado na III CNC, em Brasília (31 pela sociedade civil e outros 15 pelo poder público local, representando todas as regiões do estado).

Um aspecto metodológico que pode ser considerado relevante ao tema da participação, observado na realização desses fóruns foi a instituição de Comissões organizadoras mistas, compostas por representantes do poder público e da sociedade civil, na organização geral das Conferências, em todas as instâncias, isto é, municipais, estaduais e na nacional, conferindo assim um caráter mais plural ao planejamento prévio dos eventos. Em contraste com a escolha do temário geral, proposto e recomendado pelo governo federal, em 2005, 2010 e 2013. Eventualmente estados e municípios debatem outros temas além dos eixos temáticos recomendados pelo MinC, mas geralmente o temário nacional é seguido por estados e

municípios, tendo em vista a extensa pauta de tópicos a serem debatidos a partir dessa proposta do governo federal.

No caso do RJ, a comissão da III CEC era composta por nove membros, sendo cinco do poder público (2 do órgão gestor estadual, 1 do MinC Representação Regional Rio, 1 da ALERJ e 1 do poder público municipal, região Serrana) e quatro representando o setor cultural das regiões do estado, não vinculados a instâncias governamentais, onde estiveram representadas as regiões Centro-sul (Vassouras), Baixada Fluminense (Nova Iguaçu), Baixada Litorânea (Rio das Ostras) e a capital do estado (Rio de Janeiro), convidados pela SEC-RJ para comporem a comissão devido a representatividade dessas regiões e órgãos no estado e também pela interlocução que esses municípios já possuíam junto à SEC-RJ.

Esse destaque é importante porque, ainda assim, a III CEC não atendeu às expectativas dos delegados municipais no que se refere ao tempo que eles gostariam de ter tido para debater as questões relativas à implementação dos sistemas de cultura nos municípios e o sistema estadual, conforme pública e amplamente observado no dia do evento. E também porque dá um exemplo da fragilidade de considerar que o componente formal (no caso a instituição de uma comissão organizadora composta por membros externos ao poder executivo local) é determinante e suficiente para garantir a mudança cultural necessária para que os mecanismos participativos se consolidem na gestão pública da cultura – os espaços vão sendo conquistados gradualmente.

Um canal de continuidade dos debates (insuficientes na visão dos delegados) foi criado posteriormente à III CEC, na internet, para que os delegados se comunicassem e se organizassem para participar da Conferência Nacional, como um desdobramento do fórum estabelecido na Conferência proposta e organizada pelo poder executivo estadual fluminense. Nesse espaço, as propostas eleitas na Conferência estadual foram novamente debatidas e uma outra lista de prioridades redigida para apresentação em Brasília. A “*Carta do Rio*” apresentada na III CNC é o fruto desses debates, que aconteceram também presencialmente antes da Conferência Nacional, na capital.

Anteriormente, o estado do Rio de Janeiro já havia realizado duas outras conferências. A II CEC aconteceu em dezembro de 2009, nos espaços da sede do MinC no Rio de Janeiro (Palácio Gustavo Capanema) mobilizando um quantitativo semelhante de pessoas em todo o

processo. Foram cerca de 800 participantes por dia⁶, sendo 439 delegados eleitos nas etapas municipais – realizadas em 68 municípios – e 139 observadores entre outros participantes que não se credenciaram. A II CEC elegeu 44 delegados fluminenses à etapa nacional, sendo 31 representantes de setores não governamentais e outros 13 do poder público.

Contou com a mesma metodologia da III CEC, tendo sido organizada por uma comissão mista de 15 membros, dentre os quais 8 representantes de setores culturais não governamentais e elegeu, em sua plenária final um total de 28 propostas prioritárias para os cinco eixos debatidos então.

Houve ainda uma primeira Conferência Estadual de Cultura do RJ, no ano de 2005, mas os documentos oficiais relativos a essa conferência não foram localizados junto à Secretaria de Estado de Cultura, o que denota a fragilidade da manutenção de dados históricos nas gestões públicas, que possam, inclusive, servir de fonte para a elaboração das políticas.

A Conferência foi realizada pela gestão anterior à atual, sob o comando do Secretário Arnaldo Niskier e não há documentos, tanto na SEC-RJ quanto nas publicações do MinC, que permitam compor o quadro completo dessa memória. Principalmente no tocante ao teor das propostas debatidas e priorizadas pela plenária final da I CEC-RJ.

Conforme relembrou o Conselheiro Nacional de Políticas Culturais, Davy Alexandrinsky, em seu discurso de abertura da III CNC, em 2013: “*a primeira conferência estadual de cultura do RJ se realizou graças ao esforço de setores organizados da sociedade civil*”. Ao mesmo tempo que esse discurso demonstra o avanço institucional da gestão atual, que desde 2009 vem ampliando os espaços de diálogo com a sociedade, por ocasião da implementação do Sistema Estadual de Cultura do RJ; por outro lado expõe o quanto há que se empenhar em estabelecer compromissos mais efetivos com os agentes culturais que, ao serem convocados, têm respondido e participado dos debates, haja vista os números de participação nas Conferências acima expostos. Que controle a sociedade fez do encaminhamento pela gestão pública estadual das propostas debatidas em 2005?

Persiste ainda, e este texto sintético não dará conta desse objetivo, a necessidade de uma análise mais aprofundada da trajetória das propostas debatidas nas Conferências (em todas as instâncias), como chegam ao executivo e ao legislativo, se chegam a se concretizar

⁶ Conforme dados do relatório final da Conferência apresentado ao Ministério da Cultura, disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/materias/documentos-para-downloads>, acessado em 25/02/2014.

em políticas ou outras ações desempenhadas pelos gestores etc., de forma que cumpram a dupla função de fazer avançar os resultados da gestão pública da cultura, tendo em vista que se baseiam em demandas coletivas de representantes dos setores culturais, e paralelamente dar densidade à cultura da participação que vem sendo consolidada a partir dos instrumentos dos sistemas de cultura.

As Conferências e os Conselhos de Política são elementos constitutivos previstos na estrutura dos Sistemas de Cultura para institucionalizar a participação da sociedade nas políticas. Configuram-se como a proposta de uma nova dinâmica na gestão das políticas públicas de Cultura, que acena com a possibilidade de eliminação da *política de balcão* e das ações de gabinete, pensadas para e pelo cidadão. De forma que observar a sua efetividade no cumprimento desse propósito requer um acompanhamento sistemático dos desdobramentos de suas deliberações, sob o risco de enfraquecimento desses fóruns.

Que ambiente crítico é estimulado a partir dessa metodologia e quais são as possibilidades de avanço e as limitações desse processo? Espera-se que os envolvidos sejam capazes de pactuar uma atuação integrada que não se esgote no evento em si, mas que constitua-se num diálogo permanente entre as gestões públicas e os agentes culturais.

Desde a primeira conferência de cultura do estado do Rio de Janeiro centenas de propostas foram construídas e debatidas pelos delegados⁷ sem que um monitoramento da consecução dessas propostas tivesse acontecido. Se por um lado a gestão pública ainda não introduziu esses fóruns participativos na rotina de seu planejamento, por outro os agentes culturais igualmente ainda não assumiram a responsabilidade de ocupar esse espaço de forma sistemática e efetiva.

O que se faz com essas propostas posteriormente à Conferência é tão ou mais importante que o momento em que elas são elaboradas durante as Conferências. Da mesma forma que estabelecer uma pauta temática que dialogue com a realidade local, re-significando esse espaço como uma oportunidade de encontro entre os diversos agentes atuantes no campo cultural, sem desconsiderar as questões locais e regionais a despeito das pautas nacionais é uma forma de seguir avançando no processo de consolidação do modelo conferencial na cultura.

⁷ A II CEC elegeu 33 prioridades, entre as quais 16 direcionadas especificamente à gestão estadual e outras 17 ao MinC; na III CEC das 208 propostas finais debatidas pelos GTs nos 4 eixos, 110 eram direcionadas à SEC-RJ e outras 98 ao MinC apresentadas na Conferência Nacional de 2013. Não foi localizado o registro das propostas debatidas na I Conferência Estadual de Cultura do RJ, de 2005.

Por fim, um outro ponto que cabe problematizar, a partir da participação nas Conferências de 2013, diz respeito à legitimidade da representação da diversidade da cultura brasileira no planejamento dos investimentos do Estado. Respeitadas as especificidades de cada grupo cultural e suas características históricas e culturais, a prioridade desses fóruns deveria ser a de incluir na gestão pública tanto as culturas populares quanto manifestações artísticas consagradas, tendo em mente que o processo de planejamento público é um processo político, não devendo portanto ser subordinado ao componente técnico de sua execução.

A forma como os temas são recomendados pelo governo federal e a quantidade de clivagens a partir desses temas, apresentadas em eixos e sub-eixos, não encontra correspondência em muitas realidades locais, de forma que um espaço que deveria ser de encontro, de diálogo e de experiência democrática, passa a reproduzir as desigualdades de nossa sociedade, no tocante ao acesso a fontes de informação. Isso sem mencionar quando numa certa aversão à isegoria⁸ enquanto pressuposto democrático, o espaço de alguns é reduzido em detrimento de outros, com discursos mais autorizados. Questões que devem ser seriamente debatidas e superadas.

Por que a participação pode reconfigurar a democracia na atualidade

Todos esses números apresentados anteriormente, bem como as reflexões decorrentes do acompanhamento das conferências e dos recentes processos participativos estimulados no campo cultural a partir da implementação dos sistemas de cultura no Brasil, nada dizem por si. Se não forem analisados sob a ótica histórica de sua inserção nos acontecimentos políticos e culturais contemporâneos – e em especial no contexto histórico brasileiro – perde-se um pouco do seu potencial de ruptura e de avanços.

É importante localizar a política cultural no contexto das demais políticas sociais brasileiras, bem como estas no contexto democrático que se reconfigura na atualidade de um país, que nos últimos 11 anos vem sendo governado por um partido caracterizado por um discurso de compromissos com as classes trabalhadoras e, prioritariamente, com as questões sociais.

⁸ Direito que todo cidadão tem de expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público.

De forma que ao se discutir a política cultural, mesmo em suas características mais específicas, se está de certa forma empenhando uma análise política do teor de nossa democracia, do Estado brasileiro, as influências marcantes de sua constituição, da forma pela qual o povo assume a centralidade da política, reafirmando a sua soberania, conforme é próprio dos regimes democráticos etc.

O equilíbrio entre representação (participação mediada) e participação pode ser instrumentalizado para diferentes fins em uma democracia e resolver o problema das desigualdades sociais é bastante complexo, mesmo em ambiente onde o estímulo ao aumento dos espaços de participação parte de um partido político identificado com essa causa, e tem o desafio de governar um país grande e diverso como o Brasil:

“A igualdade formal de acesso às decisões não resolve os problemas colocados pelas desigualdades reais, atuantes no mundo social. (...) Mas é preciso entender que existem diferentes potenciais de apropriação dos espaços de participação política, regulados pelas assimetrias sociais. E que essas assimetrias impactam já a produção de preferências”⁹.

É preciso ter em mente que o espaço deliberativo dos instrumentos participativos também reproduz as contradições presentes em nossa sociedade, que está longe de ser um todo homogêneo, porque é atravessada pelas disputas de classes e pela força de uma elite que sempre esteve no poder e sempre ditou (a partir de uma visão muito peculiar e restritiva o que é cultura, o que é folclore, enfim, a identidade nacional) os rumos da política cultural.

A expectativa de qualificar a gestão a partir da diversidade de atores envolvidos no processo, por si só não é a panaceia para que se resolvam as desigualdades de investimento público nos diversos setores culturais como meio de fomentar sua permanência em nossa sociedade, tampouco de resolver questões seculares da ineficiência de nossas burocracias. E só acena com a possibilidade de algum avanço, se fizer parte de um processo amplo de reflexão sobre o tipo de atuação que se espera do Estado brasileiro em relação à cultura.

O governo federal enfatiza que:

“Participação social como método de governo significa aprofundar as relações democráticas, e incluir os cidadãos na gestão pública. Decidir dialogando racionaliza recursos e resulta em ações de transformação social”¹⁰.

⁹ MIGUEL, 2014, p.14.

¹⁰ Disponível em: http://www.secretariageral.gov.br/art_social/publicacoes/folder-conferenciais-2013, acessado em 5/3/2014.

E nesse sentido tem investido recursos – humanos e financeiros – em uma política nacional de participação, onde inclusive um *Sistema Nacional de Participação Social*¹¹ é previsto, como ‘guarda-chuva’ para um amplo processo de integração e diálogo entre a gestão pública e os movimentos sociais. De forma ainda menos enfática a gestão pública nos estados e municípios tem acompanhado esse movimento, com o intuito, principalmente de atração de recursos federais. Porém, transformação social não depende apenas da vontade expressa nas ações governamentais, mas igualmente do engajamento do cidadão em participar dessa transformação.

Existe o risco de perder-se na roupagem técnica dos instrumentos construídos para fins de participação e em vez disso, ampliar ainda mais a apatia política. Esse é um ponto importante do debate. Democracia e tecnocracia são incompatíveis, enquanto esta considera apenas os argumentos advindos de conhecimentos especializados, a democracia sustenta-se na hipótese de que todos possam fazer escolhas a respeito de tudo que tem impacto na vida social.

A participação em conferências de políticas públicas, assim como nos conselhos e na gestão de fundos públicos, requer obviamente uma [in]formação a respeito desses mecanismos, mas há que se ter em mente que assim como a “educação para a cidadania” parte do próprio exercício dos direitos, a participação é mais efetiva tanto mais experimentado for o exercício democrático pelo cidadão. E tudo isso só faz sentido, cabe reforçar mais uma vez, se o objetivo central for a redução das desigualdades sociais historicamente presentes em nossa sociedade brasileira.

O fato de estarmos há onze anos sob o governo do Partido dos Trabalhadores na esfera nacional, caracterizado como um ativo representante da esquerda brasileira desde a sua fundação; apesar de acenar com avanços significativos, não implementou rupturas necessárias com o método neoliberal e com o histórico de desigualdades em nossa sociedade. Uma gestão pública com tal característica, deveria atuar sob a prioridade de contribuir para que se altere a profunda desigualdade na estrutura social brasileira.

Para a filósofa Marilena Chauí, intelectual militante do Partido dos Trabalhadores, e com o qual colaborou desde a sua criação:

¹¹ Mais informações em: http://www.secretariageral.gov.br/art_social/publicacoes/sistema-de-participacao-social-1, acessado em 5/3/2014.

“Se a política democrática corresponde a uma sociedade democrática e se no Brasil a sociedade é autoritária, hierárquica, vertical, oligárquica, polarizada entre a carência e o privilégio, só será possível dar continuidade a uma política democrática enfrentando essa estrutura social. A ideia de inclusão social não é suficiente para derrubar essa polarização”¹².

E complementa ainda dando a dimensão da tarefa de redução da desigualdade estrutural brasileira, ao reforçar que:

“Esta só pode ser enfrentada se o privilégio for enfrentado e este só será enfrentado por meio de quatro grandes ações políticas: uma reforma tributária que opere sobre a vergonhosa concentração da renda e faça o Estado passar da política de transferência de renda para a da distribuição e redistribuição da renda; uma reforma política, que dê uma dimensão republicana às instituições públicas; uma reforma social, que consolide o Estado do bem-estar social como política do Estado e não apenas como programa de governo; e uma política de cidadania cultural capaz de desmontar o imaginário autoritário, quebrando o monopólio da classe dominante sobre a esfera dos bens simbólicos e sua difusão e conservação por meio da classe média”¹³.

Reforça, portanto, a ideia de que uma perspectiva de esquerda não deveria negligenciar que os verdadeiros problemas são aqueles que dizem respeito às desigualdades estruturais de nossa sociedade e que a questão da justiça social deve ser o principal norteador de sua atuação política, à frente de todas as outras prioridades. De outra forma não se atinge o núcleo do problema, que continua sendo a concentração das riquezas sob o domínio do capital e o brutal empobrecimento daqueles que vivem do trabalho.

Acredito ser assim, que a seu turno, a política cultural estruturada a partir de um formato que privilegia o exercício do debate e da construção participativa pode contribuir com um novo projeto de país, no qual os Sistemas de Cultura podem se configurar uma importante estratégia. Principalmente se fortalecida em uma atuação aprimorada ao longo do processo, rompendo com o histórico de descontinuidades, tão característico no campo da cultura, no Brasil.

O economista Celso Furtado em seu discurso de posse como Ministro da Cultura, em fevereiro de 1986, no centro do processo de redemocratização brasileiro, destacou um ponto que, a despeito de todos esses desafios aqui expostos, jamais podemos deixar que se perca:

“O essencial da cultura, não esqueçamos, reside em que ela é a resposta aos problemas permanentes do homem. E, neste sentido, o mais importante para

12 CHAUI, 2013, p.132

13 Idem, p.133.

nós, que pensamos em cultura, é a capacidade criativa do homem. É aqui que está a ligação com o presente, com a luta pela democratização do país, pelo direito de participar na invenção do próprio futuro. Criar condições para que a criatividade seja exercida em sua plenitude – eis a essência do que chamamos de democracia. (...) A capacidade criativa é algo que está em todos os homens, ainda que seja aproveitada de forma muito desigual”¹⁴.

Isso resume o esforço de considerar a política cultural a partir de sua potência. A partir do componente transformador que pode representar em nossa sociedade. Compondo com outros ativos a riqueza de incluir a diversidade de brasileiros no debate do país que se quer para os próximos anos. O componente simbólico de nossa sociedade é a força capaz de frear a homogeneização do pensamento dos homens, em marcha cada vez mais veloz pelo capitalismo globalizado e desumano que toma o planeta. É estimulando a ampliação do espaço público que se pode fortalecer os protagonistas desse processo.

Considerações finais

Conforme declarou Norberto Bobbio em uma conferência de 1959, por ocasião de sua participação nos Encontros de Cultura realizados na cidade italiana de Brescia: “*se a política não servisse para melhorar a condição humana seria pura expressão de poder*”¹⁵ e não interessaria a ninguém. Assim como se a democracia não tiver como finalidade primeira a redução das desigualdades ela perde a razão de ser estimulada como um regime político interessante aos homens.

As Conferências de 2013 são um laboratório riquíssimo para que se meçam os avanços e se avalie o processo de construção do SNC, nas várias instâncias, e em contraste com essa forte característica clientelista, elitista e desigual de nossa sociedade. Pode parecer mais um exercício de avaliação de instrumentos administrativos adotados pela gestão pública, mas desnuda aspectos profundamente enraizados em nossa cultura.

Os espaços que ora passam a se configurar como novas “regras do jogo” nas políticas públicas de cultura precisam ser observados a uma certa distância temporal, de forma que permita a reflexão crítica sobre a densidade institucional desses mecanismos. Primeiro sobre

¹⁴ FURTADO, C., 2012, p.54-55.

¹⁵ BOBBIO, N. 2010, p.39.

as suas reais capacidades de se concretizarem como avanços no plano político e só então se deveria medir a sua efetividade enquanto instrumentos de gestão de políticas públicas.

O desafio de abrir os órgãos governamentais ao diálogo, rompendo com a política criada a partir dos gabinetes, sem o povo, é uma dificuldade real observada nas gestões públicas da cultura nas diversas instâncias. Assumir de forma sistemática a responsabilidade de participar ativamente do debate a respeito do investimento público é tarefa que não se pode mais adiar, sob o risco de manter a área da cultura estagnada nos baixos orçamentos, na frágil articulação com demais políticas de desenvolvimento do país, na pouca e incipiente prática de mobilização que lhe é característica, historicamente no Brasil.

Espera-se que esta breve reflexão estimule o debate e que muitas outras, advindas ou não desses argumentos, possam ser discutidas não apenas em fóruns acadêmicos, mas igualmente nos espaços de formulação política que os Sistemas de Cultura têm consolidado em todo o país.

REFERÊNCIAS:

BOBBIO, N. *Qual democracia?* São Paulo: Edições Loyola, 2010.

CHAUÍ, M. *Uma nova classe trabalhadora*. In: SADER, E. (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

FURTADO, R.F.D'Aguiar. (org.). *Ensaio sobre a Cultura e o Ministério da Cultura / Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Contraponto, Centro Celso Furtado, 2012.

MIGUEL, L.F. *Democracia e Representação: territórios em disputa*. São Paulo: UNESP, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Revista do MinC*. 3ªEd. Brasília: Ministério da Cultura, Dezembro, 2013. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/0/revistaatualizada/db4b3aad-ebe3-4ac5-8410-ea9db367aa03>, acessado em 07/02/2014.